

Secretária vê “erro fundamental”

Responsável pela supervisão e implantação do Programa de Educação à Distância, a cientista política Maria Helena Guimarães de Castro rebate todas as conclusões do estudo do Ipea, assinado pela economista Edlamar Batista Pereira. Para início de conversa, Maria Helena, que é secretária de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional do Ministério da Educação, esclarece que o programa em questão também é totalmente voltado para o ensino básico, o de Primeiro Grau, que abrange crianças de 7 a 14 anos.

“O cálculo feito pelo estudo é totalmente errado. Este ano só vamos gastar R\$ 50 milhões com o programa”, explica a secretária. A verba vem do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FN-DE), cujo aumento de arrecadação deste ano já rendeu R\$ 250 milhões de suplementação de verba para o ensino básico. “Vamos terminar 95 com um volume de dinheiro aplicado no ensino básico com certeza superior a R\$ 1,7 bilhão”, arisca Maria Helena.

O “erro fundamental” do estudo, de acordo com Maria

Helena, é a comparação de “recursos efetivamente gastos com o ensino fundamental em 93 com recursos apenas previstos no Orçamento de 95. Certamente a previsão para 93 era menor do que foi realmente gasto”, diz a secretária. Maria Helena desmente ainda a *maquiagem* anunciada pelo estudo: “não existe remanejamento de verba de merenda para a educação. Isso é ilegal, é proibido. A verba para a merenda é gasto que vem de um fundo de contribuição para a Previdência Social, o Cofins”.